



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 16/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Entidades cobram solução do governo para preço da energia

O coordenador do programa de energia do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Clauber Leite, afirma que o governo tem falhado em apresentar um planejamento que evite déficits como o atual. "O caminho para mais uma solução insustentável está posto, e isso vemos com a notícia do rombo que ficará para o setor elétrico, após esse acionamento indiscriminado de térmicas. Já tínhamos alertado para esse risco de um novo empréstimo a ser tomado em nome dos consumidores, e parece que temos mais um elemento para irmos nessa direção", afirmou.

Já o presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, chama a atenção para o custo médio das térmicas, um triplo acima do normal. "A Abrace vem alertando seus associados há muito sobre a explosão do custo da energia para o próximo ano. Só em relação aos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), térmicas contratadas emergencialmente e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) podem superar o preço de R\$ 130 por megawatt-hora em 2022, quando não deveria ultrapassar R\$ 40", afirma.

"É quase o custo de uma energia nova. É importante atacar a raiz dos males que comprometem o setor elétrico. O preço equivocado da energia esvazia os reservatórios e depois cobra caro dos consumidores para enchê-los de novo."

Os reajustes são puxados ainda pelo aumento de importação de energia, por meio de contratos firmados com a Argentina e o Uruguai. Como os reajustes de tarifas são feitos anualmente pela Aneel, após analisar os custos de cada distribuidora de energia do País, o percentual de aumento varia de Estado para Estado.

Saiba mais em redação: *A Tribuna*, sábado 13 de novembro.

#### Quem não se vacinar contra a covid-19 pode ser demitido

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou a suspensão provisória de trechos da portaria editada pelo Ministério do Trabalho e Previdência que proíbem a demissão por justa causa de funcionários manifestamente contrários a se vacinarem.

"As pesquisas disponíveis indicam que a vacinação é uma medida essencial para reduzir o contágio por covid-19, para minimizar a carga viral e assegurar maior resiliência aos infectados", escreveu Barroso. "Em tais condições, é razoável o entendimento de que a presença de empregados não vacinados no âmbito da empresa enseja ameaça para a saúde dos demais trabalhadores, risco de danos à segurança e à saúde do meio ambiente laboral e de comprometimento da saúde do público com o qual a empresa interage", completou.

Barroso determinou que as quatro ações apresentadas pela Rede, PT, PSB e Novo passem a tramitar em conjunto no STF.

Saiba mais em: *A Tribuna*, sábado 13 de novembro.

#### Brasil só retomará pleno emprego em 2026, diz pesquisa

O Brasil terá convivido por uma década com o desemprego elevado quando chegar 2026, e atingirá o pleno emprego somente a partir daquele ano, segundo análise do economista Bráulio Borges, do Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas) e da LCA, feita a partir de projeções de um relatório do Latin Focus Consensus, publicado na primeira semana de novembro.

O pleno emprego considera que a taxa de desemprego deveria estar entre 8% e 10%. Em 2026, a taxa de desocupação cairia para 10,1%.

O período mais recente de desemprego abaixo dessa banda foi durante o governo Dilma Rousseff, entre 2012 e 2014.

Confirmada essa expectativa, portanto, o Brasil teria convivido por uma década com o excesso de desemprego. (Com informações da Folha de S.Paulo).

Saiba mais em: *CNTI*, terça-feira 16 de novembro.

## **Inflação dispara no Brasil em períodos de tensão política**

Ao longo do século 21, o Brasil soma três períodos de inflação mais forte, com altas de dois dígitos no acumulado de 12 meses. São os intervalos de 2002 a 2003, de 2015 a 2016 e agora em 2021.

Embora tenham diferenças, esses períodos guardam pelo menos um elemento em comum: o impacto adicional causado na economia por indefinições ou crises políticas, apontam economistas.

As incertezas e as tensões nos rumos da política em Brasília atingem os preços especialmente porque afetam o câmbio.

O efeito sobre a cotação da moeda ocorre porque um cenário de incertezas gera estresse no mercado financeiro e insegurança entre os investidores, incentivando estrangeiros —e mesmo brasileiros— a manterem suas reservas no exterior.

Um dólar elevado, na comparação com o real, encarece produtos importados e também incentiva a exportação de mercadorias nacionais com peso no consumo local.

"Em 2002, o mercado via incertezas antes da eleição de Lula. Em 2016, houve o impeachment da ex-presidente Dilma. O que acontece agora é uma nova indefinição política, agravada pelo impasse do teto de gastos."

A pressão sobre os preços é alimentada especialmente pela quebra na cadeia de suprimentos de vários produtos, pela reacomodação no valor de alguns serviços que foram interrompidos e também pela alta no consumo de matérias-primas.

A inflação nos Estados Unidos, por exemplo, alcançou o maior patamar em três décadas.

No entanto, o câmbio acentua o problema no Brasil, explica o economista Matheus Peçanha, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

"Países com uma economia mais madura também sofrem com a inflação agora, mas o problema dos emergentes fica maior. Com qualquer incerteza, o capital foge deles", aponta Peçanha.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, sábado 13 de novembro.**

## **Diferença entre inflação de pobres e ricos só deve cair em 2022**

A diferença entre a inflação dos mais pobres e a dos mais ricos deve ser encurtada apenas em 2022. É o que indica uma nova projeção do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Na pandemia, as famílias com menos recursos sentiram um avanço mais forte dos preços, com a pressão de itens básicos, incluindo alimentos, energia elétrica e gás de botijão.

No acumulado de 12 meses, até outubro, a inflação para a faixa de renda considerada muito baixa disparou 11,39%, conforme o Ipea.

É a variação mais acentuada entre as seis camadas da população analisadas pelo instituto. A faixa de renda muito baixa reúne as famílias com rendimento domiciliar inferior a R\$ 1.808,79 por mês.

Na outra ponta, estão as famílias com renda considerada alta (superior a R\$ 17.764,49). Até outubro, elas acumularam inflação menor em 12 meses, de 9,32%.

"Matematicamente, estávamos esperando que, em 12 meses, o acumulado dos mais ricos estivesse mais ou menos estável e que o dos mais pobres estivesse em desaceleração, de maneira que as curvas comessem a se juntar", relata Maria Andreia.

Como o orçamento dos mais pobres é bem mais restrito, o dinheiro é direcionado especialmente a despesas básicas para a sobrevivência. Essa lista contempla alimentação em casa, energia elétrica, gás de cozinha, transporte público e aluguel.

A escalada da inflação preocupa economistas no país, sobretudo porque as camadas mais pobres da população têm menos condições financeiras para lidar com a carestia de itens básicos.

Durante a pandemia, o avanço dos preços e as dificuldades no mercado de trabalho espalharam cenas de pessoas em busca de doações e até de restos de comida no Brasil.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, terça-feira 16 de novembro.**